

## PALÁCIO DA JUSTIÇA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922

O Palácio da Justiça de São Paulo, ícone da arquitetura na cidade, foi tombado por meio da Resolução nº 50, de 23/12/1981, pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão subordinado à Secretaria da Cultura, como patrimônio histórico estadual, pelo seu significado cultural e por abrigar os nobres ideais do Direito e da Justiça. Compondo o conjunto arquitetônico do centro histórico de São Paulo, o Palácio da Justiça fez parte da transformação da cidade, que antes era apenas uma vila de tropeiros, em uma grande metrópole.

Na virada do século XIX para o século XX, a riqueza gerada pela economia cafeeira possibilitou que São Paulo entrasse em um processo de revolução industrial e comercial, de forma a permitir a transformação de suas características provincianas, passando a ter um padrão estético metropolitano predominantemente europeu. A figura fundamental desse processo de transformação foi o escritório técnico do renomado arquiteto paulista **Francisco de Paula Ramos de Azevedo**, responsável pela modernização e embelezamento da cidade, por meio da construção de grandes prédios públicos e privados que atendiam aos anseios estéticos e culturais da elite paulistana da época.



Arquiteto Ramos de Azevedo (1879)

Dentre as obras de destaque, construídas em um período de grande produtividade do escritório, de 1888 a 1935, podem ser citadas:

### Os prédios da Secretaria da Justiça

Situados no Pátio do Colégio, que abrigaram, em 1891 e 1896, respectivamente, os prédios das Secretarias de Estado da Agricultura e da Fazenda, e que, atualmente, abrigam a Secretaria de Estado da Justiça. Foram tombados pelo CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) em 1988.



Os prédios gêmeos do Pátio do Colégio foram os primeiros construídos por Ramos de Azevedo na cidade de São Paulo

## O Caetano de Campos

O edifício Caetano de Campos (1894) foi sede da primeira Escola Normal Paulista. Localizado na Praça da República é um monumento histórico tombado pelo CONDEPHAAT em 1976 e pelo CONPRES em 1991.



O edifício Caetano de Campos abriga a Secretaria de Estado da Educação desde 1979

## O Quartel da Luz

O prédio do Quartel da Luz (1891), que foi criado para abrigar o corpo de polícia. Em 1970, com a criação da Polícia Militar, o local passou a ser sede do 1º Batalhão de Polícia de Choque – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA). Foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1992.



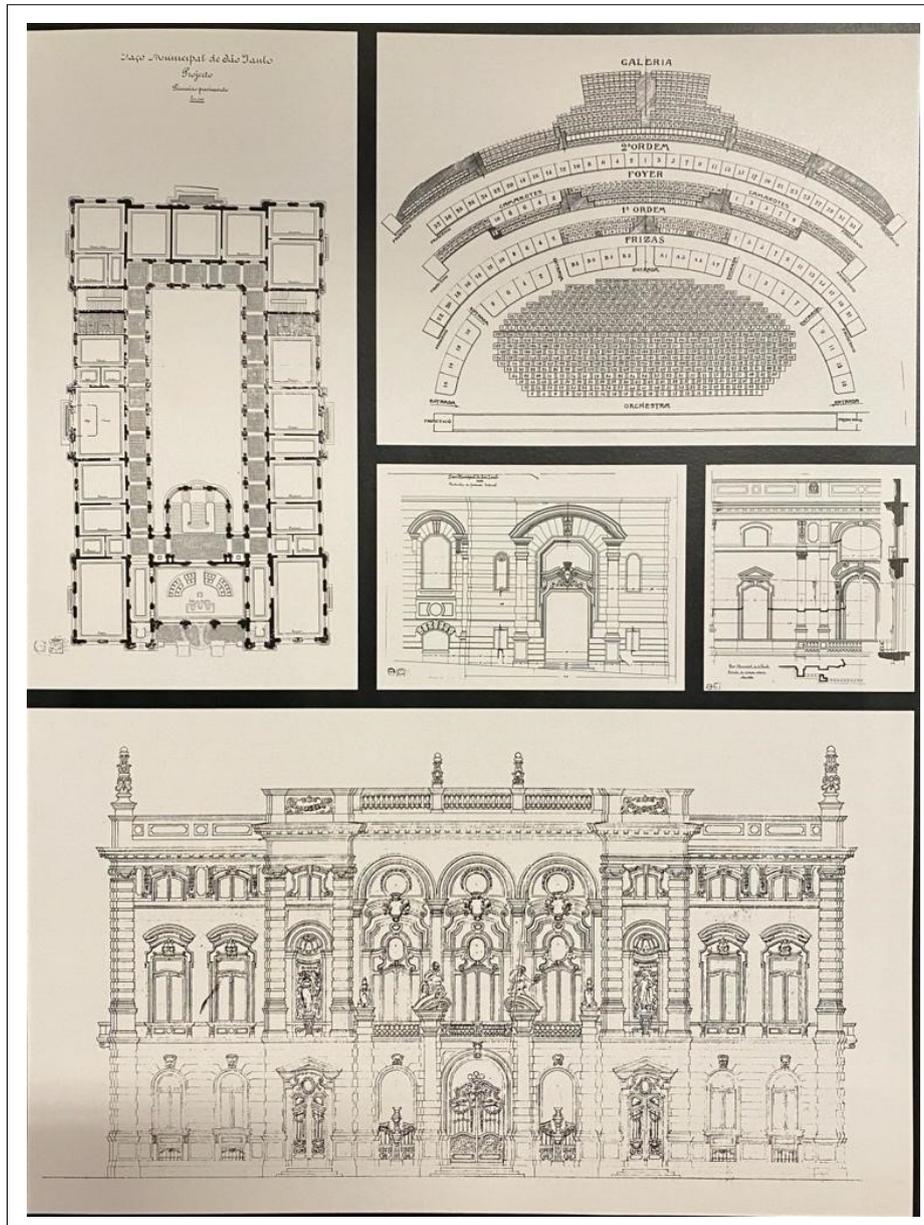
No edifício funciona o Quartel do 1º Batalhão de Polícia de Choque até os dias atuais

## O Theatro Municipal

O imponente Theatro Municipal foi idealizado, em 1895, por um grupo de cidadãos que acreditava que este seria o epicentro das atividades culturais, artísticas e sociais, capaz de colocar São Paulo no cenário nacional e internacional como uma importante cidade cosmopolita.



O Theatro Municipal em 1922



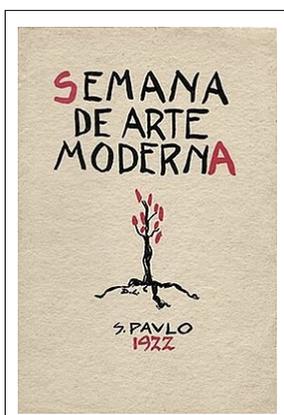
Projetos arquitetônicos do Theatro Municipal desenhados por Ramos de Azevedo

O Theatro Municipal, inaugurado em 1911, foi um projeto inspirado no Palácio Garnier, também conhecido como Ópera de Paris. Dele participaram diretamente não apenas o arquiteto Ramos de Azevedo, mas também o arquiteto italiano Domiziano Rossi, que foi responsável pelo detalhamento arquitetônico do prédio e professor do Liceu de Artes e Ofícios, e o arquiteto Cláudio Rossi, ambos parceiros do escritório técnico e que também contribuíram no processo de construção e acabamento do Palácio da Justiça de São Paulo.

Assim como o Palácio da Justiça, o Theatro Municipal também despontou como uma das primeiras obras de estilo eclético de São Paulo, em que foram utilizadas ornamentações renascentistas clássicas e barrocas, dando a forma perfeita para o principal centro de espetáculos da cidade, onde se apresentariam companhias líricas francesas e italianas, assim como argentinas, inglesas e de outras nacionalidades, além de brasileiras, como a Companhia Dramática Nacional, que colaborou para que a dramaturgia brasileira entrasse em cena.

Em 1916, surgiram os primeiros sinais de uma produção de arte diferente, menos convencional e mais contemporânea, quando se apresentou nos palcos do Theatro Municipal a bailarina e coreógrafa americana Isadora Duncan, precursora da dança moderna, abrindo espaço para a vanguarda formada por outras companhias de Paris, e que apresentaram, em 1917, também um balé inovador. Pode-se dizer que esta abertura dada pela sociedade tradicionalista, que prestigiou essas apresentações tão distintas dos padrões da época, preparou o terreno para o que seria o principal movimento cultural paulista da primeira metade do século XX: a **Semana de Arte Moderna de 1922**.

#### [A Semana de Arte Moderna de 1922 e o despertar para a preservação do patrimônio nacional](#)



A **Semana de Arte Moderna de 1922** foi um movimento artístico-cultural que inaugurou o modernismo no Brasil, impulsionado pelas elites paulistas que faziam parte de uma vanguarda cultural e artística e que eram independentes das forças políticas dominantes. Essa elite vanguardista, ao romper com o padrão vigente, imprimiu em suas manifestações um forte apelo nacionalista, a partir do momento em que defendeu a independência cultural da sociedade e a valorização dos aspectos genuinamente nacionais, ou seja, de tudo que era do Brasil e produzido por brasileiros. E o **Theatro Municipal** foi o palco deste grande movimento de ruptura com o tradicionalismo europeu, realizado de 13 a 18 de fevereiro de 1922, quando foi proposta uma nova forma de produzir arte e cultura, fosse na literatura, na dança, na música e nas artes plásticas.

O resultado do movimento pôde ser percebido ao longo dos anos subsequentes: o **modernismo** acabou despertando o interesse da sociedade pela **preservação do patrimônio cultural nacional**, quando propôs um novo olhar para as artes, para a literatura e para a música, baseado na valorização das questões internas do país, na história e nas produções culturais do povo brasileiro.



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria da Presidência  
SPr 4 – Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas

Foi neste contexto que um projeto de lei federal de proteção do patrimônio histórico e artístico foi idealizado, em **1925**, pelo Deputado e Jurista Jair Lins, nascido na cidade de Tiradentes e filho de um magistrado. Ele se inspirou nas iniciativas da Semana de 1922 e, diante de seu amor e interesse pelo patrimônio histórico, propôs uma legislação bastante contundente sobre o tema, que abrangia a catalogação e a proteção de bens de valor histórico e artístico, impactando, inclusive, no direito de propriedade. Este foi o ponto que não permitiu o avanço do projeto de lei no Congresso Nacional, tendo em vista que as forças políticas dominantes da época eram tradicionalistas e baseadas na propriedade.

Mas foi no governo de Getúlio Vargas, 10 anos depois, em 1935, que foi idealizada a criação do primeiro serviço voltado para a proteção de monumentos nacionais – o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, elaborado por Mário de Andrade, ícone de grande atuação na Semana de 1922, a pedido do Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, seguidor do pensamento modernista.

Antes da instauração do regime do “Estado Novo”, Getúlio Vargas promulgou a lei de nº 378/1937 que, além de tratar da estrutura do Ministério da Educação, criou efetivamente o SPHAN, visando a proteger, por meio de processo de tombamento, conservar e divulgar o patrimônio cultural no país. Essa lei abriu caminho para a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, que embasou no país todo o arcabouço de proteção do patrimônio cultural nacional, regendo, até os dias atuais, os processos de tombamento de bens.

O Theatro Municipal foi tombado na mesma data do Palácio da Justiça, em 23/12/1981, por meio da Resolução nº 49, pelo CONDEPHAAT, como bem cultural de interesse histórico-arquitetônico, por sua importância, desde a sua inauguração, em 1911, e por participar da paisagem do núcleo central urbano, comportando manifestações das mais significativas do campo musical e das artes cênicas da capital.

Da mesma forma que o Theatro, o tombamento do Palácio da Justiça de São Paulo seguiu o rito estabelecido pelo Decreto 13.426, de 16/03/1979, que faz referência, em um de seus parágrafos, ao Decreto-Lei nº 25/1937, o ato mais importante da primeira metade do século XX destinado a defender e proteger o patrimônio nacional, conforme idealizado pelos modernistas de 1922.



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria da Presidência  
SPr 4 – Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas

## **REFERÊNCIAS:**

Arquiteto Ramos de Azevedo (1879) – foto. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramos\\_de\\_Azevedo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramos_de_Azevedo). Acesso em: 25 de abril de 2022.

Escola Normal Caetano de Campos – foto. Criador: Daniel Guimarães/A2IMG. Direitos autorais: A2IMG. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/conheca-a-historia-do-predio-caetano-de-campos-simbolo-da-educacao-de-sp/>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

Prédio do Quartel da Luz /Tobias de Aguiar – foto. Disponível em: [https://cdn.gazetasp.com.br/upload/dn\\_arquivo/jpg/2021/11/10/quartel\\_da\\_luz\\_atualmente\\_sede\\_das\\_rondas\\_ostensivas\\_tobias\\_de\\_aguiar\\_\\_rota\\_\\_em\\_fotografia\\_de\\_1898-818108.jpg](https://cdn.gazetasp.com.br/upload/dn_arquivo/jpg/2021/11/10/quartel_da_luz_atualmente_sede_das_rondas_ostensivas_tobias_de_aguiar__rota__em_fotografia_de_1898-818108.jpg). Acesso em: 25 de abril de 2022.

RAMOS de Azevedo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa441557/ramos-de-azevedo>. Acesso em: 25 de abril de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Theatro Municipal 1922 – foto: Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/theatro-municipal-sp/>  
Acesso em: 26 de abril de 2022.

Theatro Municipal de São Paulo: 100 anos: palco e plateia da sociedade paulistana. Org. Carlos Eduardo Martins Macedo. 1ª. ed. São Paulo: Ipsis Gráfica e Editora, 2011.